INFORME FUP @fupbrasil www.facebook.com/fupetroleiros/

19.05.2016

FUP repudia indicação de Pedro Parente para a Presidência da Petrobrás

A indicação de Pedro Parente para a presidência da Petrobrás é fortemente rechaçada pela Federação Única dos Petroleiros.

É inadmissível termos no comando da empresa um ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso que chancelou processos de privatização e tem em seu currículo acusações de irregularidades e improbidade na administração pública.

O perfil ultraliberal de Pedro Parente o descredencia por completo para assumir o comando de uma empresa estatal que tem sido a âncora do desenvolvimento e das políticas públicas estruturantes do país.

Sua nomeação está na contramão das lutas travadas pelos trabalhadores para evitar o desmonte do Sistema Petrobrás.

O currículo de Pedro Parente não deixa dúvidas sobre que lado ocupa na luta de classes. Ele participou ativamente dos dois mandados do governo FHC, onde atuou como Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, entre 1995 e 1999, e como Chefe da Casa Civil, entre 1999 e dezembro de 2002. No final de 2000, passou a acumular a presidência da Câmara de Gestão da Crise Energética, o chamado "ministério do apagão", responsável por uma série de arbitrariedades, como racionamento e cortes de energia e multas altíssimas impostas aos consumidores.

Um dos maiores escândalos protagonizados por Pedro Parente no governo tucano foram os contratos para compra de energia emergencial e as "compensações" feitas às concessionárias privadas e aos investidores atraídos pelo Programa Prioritário de Termeletricidade, que impôs prejuízos bilionários à Petrobrás. Professores do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP chegaram na época a denuncia-lo ao Ministério Público Federal por improbidade administrativa.

Sob a chancela de Pedro Parente, a Petrobrás teve que assinar contratos de parceria com o setor privado para construção de usinas termoelétricas, entre 2000 e 2003, onde se comprometeu a garantir a remuneração dos investidores, mesmo que as empresas não dessem lucro, bem como cobrir os custos dos empreendimentos, caso a venda de energia não fosse suficiente para sustentar os investimentos.

A chamada "contribuição de contingência" gerou prejuízos de mais de US$ 1 bilhão à Petrobrás, que se viu obrigada a assumir integralmente as termoelétricas para evitar perdas maiores. O valor das usinas, avaliadas em US$ 800 milhões, equivalia a um terço dos US$ 2,1 bilhões que a estatal teria que desembolsar para honrar as compensações garantidas aos investidores até o final dos contratos, em 2008. Tudo autorizado por Pedro Parente.

Não é com gestores deste perfil que a Petrobrás vencerá a crise que atravessa. A FUP repudia sua indicação e exige que toda a diretoria da gestão Bendine entregue seus cargos, caso o Conselho de Administração da empresa aprove a nomeação de Pedro Parente.

Os petroleiros seguirão em luta contra o desmonte do Sistema Petrobrás e não darão um minuto de sossego aos entreguistas.